

A GEOGRAFIA ALÉM DO *IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II*: A DISCIPLINA ESCOLAR NA PROVÍNCIA MINEIRA

Maria Rita de Castro Lopes
Mestrado em Educação: História, Sociedade, Política
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)
ritacastrolopes@yahoo.com.br

Resenha: MAIA, E. J. P. A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais: no período de 1854 a 1889. 186 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

Eduardo José Pereira Maia atualmente é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De 2005 a 2014, exerceu atividade como docente na Universidade Federal de Viçosa. Sua trajetória acadêmica está entrelaçada com os temas educacionais e da geografia escolar. Em 2005, conclui seu mestrado em educação, intitulado “A construção do conhecimento geográfico em sala de aula”, na Universidade Federal Fluminense. Sua tese de doutorado, concluída em 2014, foi desenvolvida no programa em educação da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada “A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais: no período de 1854 a 1889”. É da última pesquisa de Maia (2014) que o texto pretende lançar o seu olhar, além de apresentar a obra, também, realizará considerações.

É relevante comentar que o autor desenvolveu a sua pesquisa a partir de um tema pouco investigado no âmbito do conhecimento geográfico e da própria história da disciplina escolar, que consiste na história da disciplina Geografia na segunda metade do século XIX.

A pesquisa está ancorada no referencial teórico de André Chervel, Dominique Julia e Ivor Goodson, prestigiados estudiosos da história da instituição escolar, das disciplinas escolares e dos materiais didáticos.

De acordo com Chervel (1990), pesquisador francês, a disciplina escolar é uma criação própria da escola, uma produção do interior de uma cultura escolar. Chervel constatou nas suas investigações que o saber escolar não surge somente da vulgarização do conhecimento de referência. Ao estudar a gramática francesa na primeira metade do século XIX, concluiu que a ortografia francesa foi uma criação da própria escola, elaborada a partir da necessidade de se estabelecer um critério único de escrita para ser ensinado e obedecido em todo o meio escolar.

Dominique Julia (2011), corroborando com Chervel (1990), expõe a necessidade de entender a escola a partir da dimensão histórica do conceito de cultura escolar, para assim entender as suas finalidades que podem variar conforme os interesses e as necessidades de cada

Building the way

época. Isto porque as práticas escolares estabelecem relações conflituosas e pacíficas, que resultam em “normas que definem os conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas” (JULIÁ, 2011, p.10).

Goodson (2011), pesquisador inglês, contribui com os estudos de caráter sócio-histórico acerca do conhecimento ao explorar a natureza das disciplinas escolares a partir das suas práticas passadas e presentes, entendendo-as como resultado de uma construção social.

A pesquisa de Maia (2014) dialogou com três investigações históricas da disciplina História: Thais Nivia de Lima e Fonseca (2006), com a “História e Ensino de História”; Circe Bittencourt (2008), com o “Livro didático e saber escolar – 1810-1910”; e a Beatriz Boclin Marques dos Santos (2011), com “O currículo da disciplina escolar história no colégio Pedro II”. Segundo o autor, estas pesquisas contribuíram para pensar sobre as ideologias prescritivas e subjacentes nas propostas escolares durante o Império.

O objetivo principal da tese consistiu em analisar a constituição e a consolidação do ensino de Geografia nas escolas da Província de Minas Gerais no período de 1854-1889. De acordo com Maia (2014):

Pensar a Geografia no Brasil, sem pensar nas províncias e tomar o ensino de Geografia do Colégio Pedro II como referência é também ignorar o papel desempenhado pelas diferentes regiões do país na construção da história brasileira (MAIA, 2014, p.24).

A temporalidade da pesquisa abarcou um período de 34 anos, de 1854 a 1889, datas que marcam o início do primeiro liceu em Minas Gerais e o fim do Império. A escolha da província de Minas Gerais, segundo o autor, se deu por duas questões: primeiramente, por se tratar de uma expressiva província do Império, a qual era submetida às decisões da corte; e a segunda, pelo seu histórico de urbanização, o qual levou a crer o autor, que as atividades de mineração e juntamente com os seminários para educação religiosa, proporcionaram a presença da Geografia na escola mineira “concomitantemente ou mesmo antecedeu-se ao Colégio Pedro II” (MAIA, 2014, p.19).

A análise documental contou com diferentes fontes históricas “esquecidas”, como: programas das disciplinas escolares, livros didáticos, provas de alunos e exames dos professores. As pesquisas dos documentos ocorreram nos seguintes acervos: Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional, o Real Gabinete Português de Leitura, o Arquivo Histórico Nacional, a Biblioteca Estadual de Minas Gerais, a Biblioteca digital do Senado Federal, Núcleo de Memória do Colégio Pedro II, a Biblioteca de

Building the way

Livros Didáticos da Faculdade de Educação Universidade de São Paulo e o banco de dados LIVRES do Centro de Memória da Educação da FEUSP.

A obra possui cinco capítulos, cada capítulo apresenta em torno de trinta páginas, com exceção do quinto capítulo que são “as considerações finais” com cinco páginas.

No capítulo primeiro, intitulado “A história da Geografia e a Geografia Escolar Brasileira no Século XIX”, o autor apresenta um substancial levantamento bibliográfico de obras historiográficas da Geografia escolar durante o período do Império. Entre dissertações de mestrados ou teses de doutorados foram identificadas 37 produções. Foram também selecionados livros, assim como artigos publicados no III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, no I Encontro de Geografia Histórica e na revista *Terra Brasilis*. A partir da análise das obras, o autor buscou levantar “lacunas historiográficas a serem preenchidas” (MAIA, p.26).

Entre os autores mais presentes na contextualização de Maia (2014), destacam-se: José Verríssimo da Costa Pereira, com “A Geografia do Brasil”, publicado em “História da Ciência no Brasil”, por Fernando de Azevedo (1956); Vania Rubia Faria Vlach, com “O propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico (1988); Genylton Odilon Rêgo da Rocha, com “Trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar” (1996); Caio Prado Junior, com a introdução da reprodução da “Corografia Brasílica” (1945) de Aires de Casal.

O autor não se limitou aos textos acadêmicos, resgatou trabalhos de cronistas e texto de estudiosos da Geografia durante o Império. A partir dessas obras, Maia (2014) entrelaçou o saber escolar com o conhecimento externo à escola.

Vlach (1988) e Rocha (1996) ao serem reconhecidos como protagonistas dos estudos sobre a disciplina Geografia no país, são os autores que Maia mais se debruça ao longo da sua pesquisa, para identificar lacunas teóricas e metodológicas nas pesquisas desenvolvidas por ambos. A obra de Rocha, inicialmente, foi questionada por defender que o processo de escolarização no país iniciou-se com o Colégio Pedro II, a partir de uma formação voltada para o modelo francês de ensino.

Vlach foi contestada por considerar que o conhecimento geográfico no ensino primário apareceu apenas como conteúdo implícito, sendo reconhecido como um saber auxiliar das outras disciplinas. De acordo com Maia (2014), a autora analisou apenas os documentos prescritivos e os livros didáticos, faltou à interlocução com os documentos que eram produzidos pela própria escola, por exemplo, os planos de aula dos professores e as avaliações dos alunos.

Building the way

Maia fez uma pesquisa nos manuais escolares e nos dicionários do período do Império para distinguir o objeto de conhecimento da Corografia e da Geografia, sendo a primeira mais voltada para um conhecimento descritivo da paisagem ou da região, que estava presente nos currículos como um conhecimento auxiliar das disciplinas Geografia e História. Enquanto a Geografia era vista como uma disciplina que:

Implica considerar as divisões como elementos políticos de demarcação de território e poder. A classificação para fundamentar as diferentes escalas de relação com o mundo; os limites que demarcam as fronteiras ou áreas de conflito e divisão de recursos, a dimensão que define, em certa medida, a capacidade de controle territorial, a marca do império; e as leis da física que embasam cientificamente a Geografia da época a considerar que os fenômenos da natureza e as implicações para o estabelecimento da vida humana e a sua relação com meio são determinadas por leis universais (MAIA, 2014, p.57).

No capítulo segundo, intitulado “Manuais Didáticos”, mostrou o quanto “era profusa a produção de livros escolares dedicados ao ensino de Geografia, no século XIX” (MAIA, 2014, p.59). Iniciou a análise dos livros didáticos por meio de uma listagem que mostra o ano de produção, a autoria e o local de impressão das obras. Em seguida, apresentou as principais características que distinguiram esses livros como obras escolares para o ensino de Geografia.

Nos livros didáticos produzidos durante o século XIX, Maia (2014) aponta que alguns dos seus autores enalteciam a sua província de origem, destacando as qualidades da natureza local, a ascensão econômica e a esperança no futuro. A partir desse fato foi possível identificar uma interlocução do conhecimento geográfico escolar com o movimento literário do romantismo, por exaltar o nacionalismo.

O capítulo terceiro, intitulado “A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais”, está subdividido em duas partes, primeiramente analisou as concepções e os conhecimentos geográficos presentes nos livros didáticos. Na segunda, são destacados alguns elementos principais nas obras e “de que forma legitimavam o diálogo com o seu leitor” (p.99).

De acordo com Maia, não havia um consenso acerca do conteúdo que deveria estar presente nos livros didáticos. Foram identificados alguns conteúdos mais comuns, como descrição física, política ou econômica de diferentes partes do mundo. E alguns manuais tinham a preocupação de desenvolver estudos geométricos e astronômicos.

Em alguns livros didáticos do século XIX, foi possível identificar o cuidado dos seus autores com o método de ensino, como o livro do Senador Pompeo, que na sua introdução apresenta um texto extraído do livro de Lacerta (*Curso Methodico*, 1884), que descreve a preocupação com os conhecimentos prévios dos alunos, antes de iniciarem o estudo do livro.

Building the way

Nas obras de Hilário Ribeiro (1880) e Sá e Meneses (1885) existiam críticas ao método de memorização, inclusive, a segunda obra incentivava a importância dos professores reelaborarem e reorganizarem o conteúdo do livro para o seu plano de aula.

O capítulo quarto, intitulado “O ensino de Geografia na província de Minas Gerais”, o autor teve a pretensão de analisar como a disciplina Geografia esteve organizada nas escolas mineiras no período do Império. Para isso, utilizou-se das fontes de pesquisa do Arquivo Municipal Mineiro, como os pareceres e exames de alunos, as atas de concurso de professor, os atestados e programas de ensino.

A partir de documentos oficiais, analisou diferentes prescrições existentes sobre a disciplina Geografia. Inclusive, ao longo do período imperial, mostrou que em 1859 existiu “uma definição mais detalhada do que se ensinava em Geografia” (MAIA, 2014, p.125) que anos após, em 1872.

Ao analisar as provas dos alunos constatou que elas eram carregadas de informações sobre localização, limites de fronteiras, relevo e hidrografia, tanto da Geografia Geral e da Geografia do Brasil, assim os documentos reforçaram a ideia que na disciplina Geografia se ensinava os conteúdos referentes ao território brasileiro durante o Império.

Infero aqui que o autor durante sua investigação manteve seu olhar mais atento para a província de Minas Gerais, no entanto, teve a preocupação de vinculá-la com a escolarização das outras províncias e da capital do Império. Desse modo, conseguiu demonstrar que o Colégio Pedro II não era a única referência a ser seguida e, além disso, existia a preocupação em estudar os limites internos do território brasileiro, bem como suas riquezas e a cultura do seu povo. Isto porque havia o interesse de construir uma identidade nacional, por isso a importância em elaborar uma Geografia do território.

É identificado como o principal mérito do seu autor, o olhar que ele lança para uma província pouca estudada na história da disciplina, porque as pesquisas acadêmicas tendem a centralizar os seus estudos no Colégio Pedro II. Em vista disso, o autor contribuiu para ampliar os horizontes de pesquisas sobre disciplina escolar no país. Além disso, destaca-se que não é comum pesquisas sobre a história da educação no período do império, sendo elas mais centradas no período republicano.

Outro mérito da pesquisa está nos referenciais teóricos utilizados, que entendem a escola como produtora de um conhecimento próprio, “desempenhando um papel não somente na história da educação mas na história cultural” (CHERVEL, 1990). São poucas as pesquisas na Geografia que caminham por esta perspectiva histórica, assim a pesquisa de Maia (2014)

Building the way

colabora para desmitificar que o conhecimento geográfico no período imperial estava presente apenas nas sociedades geográficas.

Existem pontos na tese que o leitor precisa ficar com o olhar mais atento, pois, foram identificados alguns “tropeços” do autor. No capítulo três, Maia atrelou a Geometria como uma área de conhecimento da matemática que reforçava o “status científico da Geografia” durante o Império. Contudo, a partir das investigações Capel (1989) sobre as continuidades e as mudanças históricas na Geografia, constata-se que possivelmente a matemática neste momento não tivesse o objetivo de reforçar o status científico da Geografia. Segundo Capel (1989) a Geografia historicamente possui diferentes facetas com outros ramos do saber. Nos estudos geográficos do século XVII, estavam presentes a matemática (a astronomia), física (natureza) e política (o civil). Os estudos matemáticos tinham a preocupação entender a forma e o movimento da Terra, além estar relacionado ao conhecimento cartográfico.

Muitas vezes é um caminho complexo a construção da história de uma disciplina escolar, pela necessidade de interlocução com diferentes conhecimentos que são internos e externos à instituição escolar. Pode ser em decorrência dessa complexidade de articulação que na pesquisa de Maia é possível identificar limitações no campo da História da Educação, ao ausentar alguns embates históricos que provavelmente deveriam ser acentuados na província de Minas Gerais, como, por exemplo, o conflito entre o Estado e a Igreja, assim como do Império com os liberais republicanos.

No texto sobre as pesquisas historiográficas seria interessante o autor ter mais cuidado ao analisar as obras, para não criar uma relação simplória e descontextualizada entre a dimensão temporal passado e presente. Por mais que sejam identificadas lacunas e divergências nas pesquisas desenvolvidas por Vlach e Rocha, acredita-se que Maia, ao longo da sua tese, deveria considerar mais a temporalidade da produção dessas obras. Inclusive, seria interessante esclarecer melhor as contribuições de ambos os autores para os estudos da história da disciplina Geografia no país. Por exemplo, seria importante reconhecer que o trabalho de Rocha (1998) foi inovador ao buscar na educação o referencial teórico da história social para construção da trajetória da disciplina.

É importante apontar que o autor, em alguns momentos, de forma quase marota, deturpa informações importantes de algumas pesquisas relatadas, como ao colocar que Bittencourt partilha da ideia que os livros didáticos de Geografia no “final do século XIX eram apenas uma mera reprodução dos compêndios europeus, principalmente dos franceses” (MAIA, 2014, p.111). Bittencourt (2008), em sua tese de doutorado “Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)”, destacou dois momentos sobre a produção de livros didáticos no país: o primeiro

Building the way

que sofreu uma influência dos modelos estrangeiros, sobretudo dos franceses; e no segundo existiu uma crítica ao modelo estrangeiro e, conseqüentemente, a elaboração de novas propostas com caráter nacionalista.

Após um breve apontamento da obra, é importante novamente comentar que a pesquisa desenvolvida pelo autor contribui com a valorização do conhecimento escolar geográfico, ao trazer documentos e reflexões que demonstraram o quanto as escolas na época do Império contribuíram para o desenvolvimento e permanência desse conhecimento no país.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BITTENCOURT, B. M. F. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CAPEL, H. Historia de la ciência y historia de la disciplinas científica: objetivos y bifurcaciones de un programa de investigación sobre la historia de la Geografía. **Cuadernos Críticos de Geografía Humana**. Barcelona. n° 84, ano XII, 1989.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n° 02, pp. 177-229, 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, pp. 70, 2001.